

UFG rejeita o aumento de 20% e mantém greve

Em assembléia realizada ontem pela manhã, os professores e servidores da Universidade Federal de Goiás (UFG) decidiram dar seqüência à greve deflagrada pelas duas categorias há 50 dias e que paralisou todas as atividades da instituição, exceto os serviços essenciais do Hospital das Clínicas. Esta decisão veio acompanhada de uma rejeição na íntegra por parte dos trabalhadores do projeto de lei que o presidente Fernando Collor enviou ao Congresso Nacional no início desta semana propondo, entre outros itens, uma antecipação salarial de 20% a partir de julho sobre os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, autarquias, fundações e da administração direta.

“A proposta do presidente contraria todos os interesses do funcionalismo federal, ao oferecer um índice de reajuste inferior as perdas patrocinadas pela inflação do período em que estamos paralisados, ao atentar contra a autonomia das universidades e ferir o regime jurídico único”, enumera Ana Lúcia da Silva, coordenadora do comando de greve de Goiás. Ela

explica que estão sendo organizadas caravanas para se dirigirem a Brasília no próximo mês a fim de convencer os parlamentares a apresentarem um substitutivo reformulando o projeto do governo.

Confiante no apoio dos deputados federais e senadores, Ana Lúcia acusa o novo projeto de lei de ser o primeiro passo para a privatização total do ensino superior no Brasil. “Mal remunerados, os professores acabarão deixando as universidades federais, que terão seus trabalhos comprometidos”, diz Ana Lúcia lembrando que os grevistas reivindicam uma reposição salarial de 185% retroativa a abril deste ano, o que cobriria as perdas registradas nos últimos 15 meses. A coordenadora também critica o projeto por ele permitir a Secretaria Nacional de Administração remanejar servidores de um órgão para o quadro de pessoal de outra entidade de acordo com os interesses do governo. “Será o fim da autonomia das universidades”, afirma ao acrescentar que as propostas a serem encaminhadas ao Congresso pelos grevistas ainda estão sendo formuladas.